

RELATÓRIO

CONSULTA NACIONAL AOS DOCENTES DO ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO (EPE)

Análise das condições de trabalho,
avaliação do regime atual e prioridades
para a revisão do enquadramento
jurídico do EPE



RESPOSTAS
ANALISADAS:

168



3 A 10 DE JUNHO
DE 2026

OUVIR PARA VALORIZAR. AGIR PARA TRANSFORMAR.



VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Remuneração justa e
condições de trabalho
adequadas.



DESLOCAÇÕES E APOIOS

Compensações adequadas
e apoio à instalação
e ao regresso.



AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Processos justos,
transparentes e
empenhados no mérito.



FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Investir nas competências
para responder aos
desafios atuais.



MISSÃO E FUTURO DO EPE

Um ensino essencial
para a Língua e Cultura
Portuguesas.

RELATÓRIO

Consulta Nacional aos Docentes do Ensino Português no Estrangeiro (EPE)

Introdução

O relatório resulta da análise de 168 respostas recolhidas no âmbito da Consulta Nacional aos Docentes do Ensino Português no Estrangeiro (EPE), promovida pela FNE e pelo SPCL entre os dias 3 e 10 de junho de 2026. Esta iniciativa teve como principal objetivo ouvir os profissionais que diariamente asseguram o ensino da Língua e Cultura Portuguesas junto das comunidades portuguesas e lusodescendentes espalhadas pelo mundo, recolhendo contributos sobre as suas condições de trabalho, a organização do atual regime de funcionamento do EPE e as prioridades para a revisão do respetivo enquadramento jurídico.

A participação registada, abrangendo docentes de diferentes funções, níveis de ensino e países de exercício profissional, permitiu reunir um conjunto significativo de informações e testemunhos que refletem a diversidade de contextos em que o EPE se desenvolve. A elevada experiência profissional da maioria dos participantes confere particular relevância aos resultados obtidos, permitindo identificar com clareza os principais desafios, constrangimentos e expectativas dos docentes relativamente ao futuro do Ensino Português no Estrangeiro.

Os dados recolhidos revelam uma forte valorização da missão educativa, cultural e identitária desempenhada pelo EPE, mas evidenciam igualmente preocupações persistentes relativamente à valorização profissional, às condições de exercício da profissão, à adequação do regime de avaliação, às deslocações exigidas pela atividade docente e à atratividade da carreira. O presente relatório procura sistematizar essas perceções, constituindo um importante instrumento de apoio à definição das propostas que a FNE defenderá junto das entidades competentes, com vista à construção de um EPE mais justo, mais valorizado e mais sustentável.

Federação Nacional da Educação
JUNHO 2026

CONSULTA NACIONAL
LÍNGUA CULTURA IDENTIDADE
AOS DOCENTES DO ENSINO DE PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO (EPE)

A FNE e o SPCL querem ouvir os docentes do EPE para construir propostas que defendam os seus direitos e valorizem o Ensino de Português no Estrangeiro

A CONSULTA DECORRE
DE 3 A 10 DE JUNHO DE 2026

QUEREMOS CONHECER:

- As condições de exercício da profissão.
- A avaliação do atual regime de funcionamento do EPE.
- As prioridades para a revisão do Regime Jurídico do EPE.

Questionário anónimo
Participação confidencial
Duração aproximada 5 a 7 minutos

A sua participação é fundamental para que a FNE possa intervir com mais força e legitimidade na defesa dos direitos dos docentes do EPE, com base na vossa experiência e nas vossas expectativas.

PARTICIPE!
FAÇA OUVIR A SUA VOZ.

Acceda ao questionário através do QR Code ou em: www.fne.pt

fne A voz dos Professores. A força da Educação. **SPZ** **SPCL** **SDC** **SPRA** **SPZ**

1. Que funções exerce atualmente no EPE?

Resposta	N	%
Professor(a)	129	76.8
Leitor(a)	31	18.5
Docente de apoio pedagógico	6	3.6
Adjunto de coordenação	2	1.2

A maioria dos respondentes exerce funções de professor, evidenciando que os resultados refletem sobretudo a realidade dos docentes diretamente envolvidos na leção.

2. País onde exerce funções:

Resposta	N	%
França	42	36.8
Suíça	20	17.5
Reino Unido	18	15.8
Luxemburgo	12	10.6
Alemanha	10	8.8
Espanha	7	6.1
África do Sul	5	4.4

A diversidade geográfica dos participantes demonstra a abrangência internacional do EPE, com particular concentração em países europeus com forte presença da comunidade portuguesa.

3. Situação profissional:

Resposta	N	%
Docente de carreira em comissão de serviço	85	50.6
Docente em comissão de serviço	67	39.9
Docente contratado localmente	13	7.7
Outra	3	1.8

Predominam os docentes em comissão de serviço, evidenciando a importância deste regime na organização atual do EPE.

4. Nível(s) de ensino que leciona:

Resposta	N	%
Ensino Básico	70	41.9
Mais do que um nível	52	31.1
Ensino Superior	29	17.4
Ensino Secundário	16	9.6

O EPE abrange diferentes níveis de ensino, sendo frequente a intervenção dos docentes em mais do que um nível educativo.

5. Tempo de serviço no EPE:

Resposta	N	%
Mais de 12 anos	92	54.8
10 a 12 anos	25	14.9
Até 3 anos	20	11.9
4 a 6 anos	16	9.5
7 a 9 anos	15	8.9

A maioria dos participantes possui uma experiência consolidada no EPE, o que reforça a relevância e credibilidade das opiniões recolhidas.

6. Como avalia a sua situação remuneratória atual?

Resposta	N	%
Insatisfatória	57	34.1
Muito insatisfatória	56	33.5
Satisfatória	43	25.7
Boa	9	5.4
Muito boa	2	1.2

A avaliação da situação remuneratória é globalmente negativa, revelando um elevado grau de insatisfação entre os docentes.

7. Considera que a sua remuneração é adequada ao custo de vida do país onde exerce funções?

Resposta	N	%
Não	157	94.0
Sim	10	6.0

Existe um consenso quase unânime de que a remuneração atual não acompanha o custo de vida dos países de acolhimento.

a) A remuneração dos docentes do EPE deve ser revista.

(1 - Discordo totalmente | 5 - Concordo totalmente)

Resposta	N	%
5	157	94.0
4	7	4.2
1	1	0.6
2	1	0.6
3	1	0.6

Os resultados demonstram um forte consenso quanto à necessidade urgente de revisão da remuneração dos docentes do EPE.

b) O subsídio de refeição deveria ser diferenciado por país.

(1 - Discordo totalmente | 5 - Concordo totalmente)

Resposta	N	%
5	140	83.8
3	19	11.4
4	5	3.0
1	3	1.8

A maioria dos respondentes considera que os diferentes custos de vida justificam a diferenciação do subsídio de refeição.

c) Os docentes do EPE deveriam beneficiar de subsídio de instalação.

(1 - Discordo totalmente | 5 - Concordo totalmente)

Resposta	N	%
5	157	94.6
4	4	2.4
3	3	1.8
1	1	0.6
2	1	0.6

Os docentes defendem claramente a criação de um subsídio de instalação que compense os encargos iniciais associados à colocação no estrangeiro.

d) Os docentes do EPE deveriam beneficiar de subsídio de regresso.

(1 – Discordo totalmente | 5 – Concordo totalmente)

Resposta	N	%
5	143	85.6
3	11	6.6
4	7	4.2
1	3	1.8
2	3	1.8

Verifica-se um apoio muito expressivo à criação de um subsídio de regresso, reconhecendo os custos associados ao fim da comissão de serviço.

e) O atual regime não valoriza adequadamente o trabalho desenvolvido no estrangeiro.

(1 – Discordo totalmente | 5 – Concordo totalmente)

Resposta	N	%
5	134	79.8
4	20	11.9
3	10	6.0
2	3	1.8
1	1	0.6

A maioria dos participantes entende que o regime vigente não reconhece nem valoriza devidamente a especificidade do trabalho docente no estrangeiro.

9. Quantos quilómetros percorre, em média, por semana entre locais de ensino?

Resposta	N	%
Mais de 100 km	70	43.5
Até 20 km	45	28.0
21 a 50 km	30	18.6
51 a 100 km	16	9.9

As deslocações semanais representam uma realidade significativa para muitos docentes, frequentemente com percursos superiores a 100 quilómetros.

10. Considera adequada a compensação pelas deslocações efetuadas?

Resposta	N	%
Não	128	81.0
Sim	30	19.0

Os resultados evidenciam uma forte perceção de inadequação das compensações atualmente atribuídas pelas deslocações.

11. O reembolso das despesas de deslocação cobre os custos efetivamente suportados?

Resposta	N	%
Nunca	83	52.5
Raramente	39	24.7
Sempre	18	11.4
Frequentemente	18	11.4

A maioria dos docentes considera que os reembolsos não refletem os custos reais suportados no exercício das suas funções.

12. Qual o principal problema relacionado com as deslocações?

Resposta	N.º de referências	% dos respondentes*
Tempo gasto em viagens	101	76.5%
Custos	82	62.1%
Distâncias excessivas	50	37.9%
Insegurança dos transportes	20	15.2%

* Percentagem calculada sobre o total de 132 respostas. Como cada docente podia indicar mais do que um problema, a soma das percentagens ultrapassa 100%.

O principal constrangimento associado às deslocações é o tempo gasto em viagens, referido por 76,5% dos respondentes. Seguem-se os custos associados à mobilidade (62,1%) e as distâncias excessivas (37,9%). A insegurança dos transportes surge como uma preocupação menos frequente, mas ainda assim assinalada por 15,2% dos participantes. Os resultados evidenciam que o impacto temporal e financeiro das deslocações constitui o principal problema enfrentado pelos docentes.

13. Quantos níveis de ensino leciona regularmente?

Resposta	N	%
Três ou mais	122	74.4
Um	23	14.0
Dois	19	11.6

A lecionação em múltiplos níveis de ensino é uma característica marcante da atividade docente no EPE.

14. Considera que dispõe das condições necessárias para garantir um ensino de qualidade?

Resposta	N	%
Não	120	72.3
Sim	46	27.7

A maioria dos docentes considera não reunir as condições adequadas para assegurar um ensino de qualidade.

a) O número de turmas é adequado.

(1 - Discordo totalmente | 5 - Concordo totalmente)

Resposta	N	%
3	63	38.4
4	36	22.0
1	29	17.7
5	18	11.0
2	18	11.0

As respostas revelam opiniões divididas, embora se observe uma tendência para considerar o número de turmas apenas moderadamente adequado.

b) A carga horária é equilibrada.

(1 – Discordo totalmente | 5 – Concordo totalmente)

Resposta	N	%
3	52	31.3
4	34	20.5
1	32	19.3
2	28	16.9
5	20	12.0

A percepção dominante aponta para um equilíbrio apenas parcial da carga horária atribuída aos docentes.

c) O tempo destinado a tarefas administrativas é excessivo.

(1 – Discordo totalmente | 5 – Concordo totalmente)

Resposta	N	%
5	105	62.9
3	26	15.6
4	26	15.6
2	8	4.8
1	2	1.2

Os docentes consideram, de forma clara, que as exigências administrativas ocupam um tempo excessivo.

d) O trabalho burocrático prejudica a atividade letiva.

(1 – Discordo totalmente | 5 – Concordo totalmente)

Resposta	N	%
5	100	60.6
4	33	20.0
3	21	12.7
2	10	6.1
1	1	0.6

A burocracia é percebida como um fator que compromete a qualidade e a eficácia da atividade pedagógica.

e) O número de alunos por turma é adequado.

(1 – Discordo totalmente | 5 – Concordo totalmente)

Resposta	N	%
3	51	31.1
4	35	21.3
5	33	20.1
2	25	15.2
1	20	12.2

Embora não exista consenso absoluto, a maioria tende a considerar o número de alunos por turma aceitável.

f) Disponho dos recursos pedagógicos necessários.

(1 – Discordo totalmente | 5 – Concordo totalmente)

Resposta	N	%
3	49	29.5
4	42	25.3
1	28	16.9
5	26	15.7
2	21	12.7

As respostas sugerem uma avaliação moderada dos recursos disponíveis, identificando margem para melhorias.

16. Como classifica o atual regime de avaliação dos docentes do EPE?

Resposta	N	%
Pouco adequado	71	43.0
Adequado	48	29.1
Inadequado	43	26.1
Muito adequado	3	1.8

O regime de avaliação é visto predominantemente como pouco adequado ou inadequado às especificidades do EPE.

17. O atual modelo de avaliação contribui para a melhoria do desempenho profissional?

Resposta	N	%
Não	128	78.5
Sim	35	21.5

A maioria dos docentes não reconhece impacto positivo do atual modelo de avaliação na melhoria do desempenho profissional.

18. Que alterações considera necessárias no regime de avaliação?

Principais alterações sugeridas ao regime de avaliação

1. Eliminação do sistema de quotas (tema mais referido)

A reivindicação mais frequente dos docentes prende-se com o fim das quotas para atribuição das classificações de Muito Bom e Excelente. Os participantes consideram que o atual sistema gera injustiças, impede o reconhecimento efetivo do mérito e permite que docentes com desempenhos semelhantes obtenham classificações diferentes apenas por limitações administrativas.

Ideias mais recorrentes:

- Eliminação das quotas
- Avaliação baseada exclusivamente no desempenho efetivo
- Possibilidade de todos os docentes obterem a classificação correspondente ao seu mérito

2. Maior transparência e objetividade dos critérios de avaliação

Muitos docentes referem que os critérios atuais são vagos, pouco claros e excessivamente dependentes da interpretação dos avaliadores.

Sugestões apresentadas:

Definição clara dos indicadores de avaliação;	Divulgação dos critérios e respetivas ponderações;	Fundamentação obrigatória das classificações atribuídas;	Existência de feedback e feedforward após cada avaliação;	Maior possibilidade de contestação das decisões.
---	--	--	---	--

3. Valorização do trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula

Os respondentes consideram que a avaliação está excessivamente centrada em relatórios e procedimentos burocráticos, não refletindo adequadamente a qualidade do trabalho docente.

Principais propostas:

Maior peso da prática letiva;	Observação de aulas;	Avaliação centrada nas aprendizagens dos alunos;	Reconhecimento da inovação pedagógica e da adaptação aos contextos de ensino.
-------------------------------	----------------------	--	---

4. Redução da burocracia

A simplificação do processo avaliativo surge como uma reivindicação transversal.

Propostas frequentes:

Redução do número de relatórios exigidos;	Eliminação ou simplificação dos relatórios de autoavaliação;	Um único relatório anual ou bienal;	Menor carga administrativa associada à avaliação.
---	--	-------------------------------------	---

5. Reconhecimento da diversidade de contextos do EPE

Os docentes sublinham que o atual modelo não considera suficientemente as especificidades do Ensino Português no Estrangeiro.

Aspetos destacados: Turmas multinível; Ensino de Português Língua Materna, Língua de Herança e Língua Estrangeira; Diferenças significativas entre países e postos; Falta de recursos pedagógicos em alguns contextos; Condições de trabalho muito diferenciadas.

Defende-se uma avaliação mais contextualizada e adaptada à realidade de cada posto.

6. Valorização das atividades extracurriculares e da promoção da língua e cultura portuguesas

Muitos docentes consideram que o trabalho desenvolvido fora da sala de aula não é adequadamente reconhecido.

Entre as atividades referidas encontram-se:

Organização de eventos culturais;	Promoção da língua portuguesa junto das comunidades;	Desenvolvimento de projetos educativos;	Trabalho com famílias e instituições locais;	Representação institucional.
-----------------------------------	--	---	--	------------------------------

7. Reconhecimento das funções específicas dos leitores

Os leitores referem que desempenham frequentemente funções adicionais que não são consideradas na avaliação.

Funções mencionadas:

Coordenação de Centros de Língua Portuguesa;	Gestão administrativa;	Funções de aconselhamento cultural;	Articulação com embaixadas e universidades;	Organização de atividades culturais.
--	------------------------	-------------------------------------	---	--------------------------------------

Defende-se a inclusão destas responsabilidades no processo avaliativo.

8. Ligação da avaliação à progressão e valorização profissional

Um número significativo de docentes considera que a avaliação tem atualmente poucos efeitos práticos.

Principais reivindicações:

Reconhecimento da avaliação para progressão na carreira;	Contagem para efeitos de escalão em Portugal;	Valorização remuneratória;	Recompensas para desempenhos de excelência;	Possibilidade de mobilidade e renovação de comissões de serviço com base no mérito.
--	---	----------------------------	---	---

9. Revisão do papel dos avaliadores

Várias respostas questionam a excessiva dependência da avaliação relativamente ao coordenador.

Sugestões apresentadas:

Avaliação por entidades externas;	Participação das instituições de acolhimento;	Maior envolvimento das universidades;	Comissões de avaliação mais diversificadas;	Redução da subjetividade do processo.
-----------------------------------	---	---------------------------------------	---	---------------------------------------

10. Formação contínua: reconhecimento e acessibilidade

Os docentes defendem uma revisão das regras relativas à formação.

Propostas:

Reconhecimento de formações realizadas noutras entidades;	Formação gratuita;	Oferta formativa mais adequada às especificidades do EPE;	Valorização efetiva da formação contínua na avaliação.
---	--------------------	---	--

11. Consideração das condições reais de exercício da profissão

Surge igualmente a necessidade de contemplar fatores que influenciam diretamente o desempenho docente.

Aspetos mais referidos:

Grandes deslocações entre cursos;	Desgaste associado à itinerância;	Falta de materiais e recursos;	Contextos socioeducativos diferenciados;	Condições locais de trabalho.
-----------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------	--	-------------------------------

Síntese global

A análise das respostas evidencia um forte consenso em torno da necessidade de um modelo de avaliação **mais justo, transparente, menos burocrático e mais ajustado às especificidades do Ensino Português no Estrangeiro**. A eliminação das quotas constitui a alteração mais consensual entre os participantes, sendo igualmente valorizadas a simplificação dos procedimentos, o reconhecimento do trabalho efetivamente desenvolvido pelos docentes e a criação de mecanismos que permitam que a avaliação produza efeitos concretos na valorização e progressão profissional.

A FNE, destaca as **cinco prioridades mais consensuais**:

1	Eliminação das quotas
2	Maior transparência e objetividade dos critérios
3	Menos burocracia e simplificação dos relatórios
4	Reconhecimento das especificidades do EPE e das funções exercidas
5	Ligação da avaliação à progressão e valorização profissional

As sugestões apontam para um modelo **mais justo, transparente, valorizador da experiência profissional e livre de mecanismos considerados limitativos**.

19. Como avalia os manuais e recursos disponibilizados pelo Camões, I.P.?

Resposta	N	%
Adequados	83	51.6
Pouco adequados	54	33.5
Muito adequados	14	8.7
Inadequados	10	6.2

Os recursos disponibilizados recebem uma avaliação globalmente positiva, embora subsistam reservas significativas quanto à sua adequação.

20. A oferta de formação contínua específica para o EPE é:

Resposta	N	%
Adequada	72	43.9
Insuficiente	70	42.7
Muito insuficiente	11	6.7
Muito adequada	11	6.7

As opiniões dividem-se entre a adequação e a insuficiência da oferta formativa, evidenciando necessidade de reforço e diversificação.

21. Nos últimos dois anos participou em ações de formação promovidas para docentes do EPE?

Resposta	N	%
Sim	137	83.5
Não	27	16.5

A elevada participação demonstra interesse dos docentes pela atualização profissional e pela formação contínua.

22. Quais são as áreas de formação prioritárias?

Com base nas respostas recolhidas, verifica-se a seguinte distribuição das áreas mais referidas:

Resposta	N.º de referências	% dos respondentes*
Português Língua Estrangeira (PLE)	74	72.5%
Ferramentas digitais e Inteligência Artificial	58	56.9%
Ensino de Português Língua Materna ou Segunda	38	37.3%
Gestão multicultural da sala de aula	35	34.3%
Avaliação	7	6.9%

* Percentagem calculada sobre o total de 102 respostas. Como os respondentes podiam selecionar mais do que uma área, a soma das percentagens ultrapassa 100%.

As necessidades identificadas concentram-se sobretudo no Português Língua Estrangeira (72,5%), evidenciando a importância do reforço das competências específicas associadas ao ensino do português em contextos multilíngues e multiculturais. As Ferramentas Digitais e a Inteligência Artificial surgem como a segunda prioridade (56,9%), refletindo a crescente relevância da integração das tecnologias digitais nos processos de ensino e aprendizagem. O Ensino de Português Língua Materna ou Segunda (37,3%) e a Gestão Multicultural da Sala de Aula (34,3%) constituem igualmente áreas com expressão significativa, enquanto a Avaliação (6,9%) assume um carácter mais residual entre as prioridades apontadas pelos participantes. Os resultados evidenciam que os docentes do EPE atribuem prioridade sobretudo a áreas diretamente relacionadas com os desafios específicos do contexto em que exercem funções.

Outras necessidades identificadas

Embora com frequência residual, foram ainda referidas áreas como: Gestão da heterogeneidade e do ensino multinível; Necessidades educativas especiais e inclusão; Ensino de línguas de herança; Didática específica das disciplinas lecionadas; História, geografia e cultura portuguesas; Gestão cultural em contexto diplomático; Primeiros socorros.

Conclusão

Os dados revelam uma clara valorização da formação especializada em **Português Língua Estrangeira**, das **competências digitais e da IA**, e da **gestão de contextos multiculturais**, configurando estas três áreas como os principais eixos de desenvolvimento profissional identificados pelos docentes participantes na consulta.

23. Quais devem ser as três principais prioridades da revisão do RJEPE?

Resposta	N	%
Valorização remuneratória	150	89,3%
Renovação das comissões de serviço	66	39,3%
Subsídio de instalação/regresso	51	30,4%
Revisão do regime de provimento (comissão de serviço)	48	28,6%
Horário letivo	46	27,4%
Regime de recrutamento	42	25,0%
Revisão da avaliação de desempenho	29	17,3%
Melhoria dos recursos pedagógicos	18	10,7%
Reforço da formação contínua	12	7,1%

A análise das respostas evidencia um consenso muito significativo em torno da necessidade de valorização dos docentes do Ensino Português no Estrangeiro. A **valorização remuneratória** surge destacadamente como a principal prioridade da revisão do RJEPE, sendo referida por **89,3% dos participantes**, o que demonstra a centralidade desta matéria nas preocupações dos docentes.

A segunda prioridade mais referida diz respeito à **renovação das comissões de serviço** (39,3%), revelando a preocupação dos participantes com a estabilidade profissional e com o impacto que eventuais limitações à renovação poderão ter na continuidade dos projetos educativos e na valorização da experiência adquirida no EPE.

Os **subsídios de instalação e regresso** (30,4%) constituem igualmente uma reivindicação muito expressiva, refletindo a necessidade de compensar os encargos decorrentes da mobilidade internacional associada ao exercício de funções no estrangeiro.

Com expressão semelhante surgem ainda a **revisão do regime de provimento** (28,6%), a revisão do **horário letivo** (27,4%) e do **regime de recrutamento** (25,0%), demonstrando a preocupação dos docentes com as regras de acesso, permanência e organização do trabalho no âmbito do EPE.

Embora menos referidas, continuam a assumir relevância a **revisão da avaliação do desempenho** (17,3%), a **melhoria dos recursos pedagógicos** (10,7%) e o **reforço da formação contínua** (7,1%).

Os resultados demonstram que os docentes pretendem uma revisão do RJEPE assente em três grandes eixos:



As respostas evidenciam a expectativa de uma reforma capaz de reconhecer a especificidade do trabalho desenvolvido no estrangeiro, reforçar a atratividade do EPE e garantir condições mais justas para os seus profissionais.

As cinco prioridades mais consensuais



24. Se pudesse escolher apenas uma medida para integrar a revisão do Regime Jurídico do EPE, qual seria?

Resposta	N	%
Valorização remuneratória	36	74.9
Horário letivo	5	10.4
Revisão do regime de provimento (comissão de serviço)	6	12.6
Os leitores são frequentemente utilizados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para colmatar a ausência ou insuficiência	1	2.1

A valorização remuneratória destaca-se claramente como a medida considerada mais urgente pelos participantes.

25. Como classifica globalmente as suas condições de trabalho no EPE?

Resposta	N	%
Aceitáveis	87	52.7
Más	45	27.3
Boas	22	13.3
Muito más	11	6.7

Apesar de uma maioria classificar as condições como aceitáveis, uma proporção significativa considera-as negativas, revelando espaço para melhorias estruturais.

26. Recomendaria o exercício de funções no EPE a outro docente?

Resposta	N	%
Não	114	70.4
Sim	48	29.6

A maioria dos docentes não recomendaria atualmente o exercício de funções no EPE, refletindo preocupações com as condições existentes.

27. Numa frase, descreva a sua experiência profissional no EPE.

As respostas dos docentes revelam uma experiência profissional marcada por um forte compromisso com a promoção da Língua e Cultura Portuguesas, frequentemente descrita como uma missão desempenhada com dedicação e sentido de serviço.

Contudo, esse empenho surge acompanhado por sentimentos de desvalorização profissional, insuficiente reconhecimento institucional e ausência de compensação adequada pelos sacrifícios exigidos pelo exercício das funções no estrangeiro.

São recorrentes as referências à precariedade das condições de trabalho, à acumulação de funções, à sobrecarga laboral e à inadequação da remuneração face ao custo de vida nos países de acolhimento.

Muitos docentes manifestam ainda frustração perante a falta de valorização da carreira e a perceção de um agravamento progressivo das condições de trabalho ao longo dos anos. Apesar destas dificuldades, subsistem referências ao entusiasmo gerado pelo contacto com os alunos, ao gosto pelo ensino e à satisfação proporcionada pela relevância cultural e educativa do trabalho desenvolvido.

As respostas evidenciam, assim, uma realidade marcada pelo contraste entre a motivação intrínseca dos docentes e um crescente sentimento de desgaste decorrente da falta de reconhecimento e valorização profissional.

28. Que mensagem gostaria de deixar sobre o EPE?

As mensagens deixadas pelos participantes evidenciam um forte reconhecimento da importância estratégica do Ensino Português no Estrangeiro (EPE) para a preservação, promoção e transmissão da Língua e Cultura Portuguesas junto das comunidades da diáspora. Os docentes destacam o papel fundamental do EPE na manutenção dos laços culturais e linguísticos das novas gerações com Portugal, defendendo a continuidade e o reforço deste serviço público.

Paralelamente, emerge um apelo claro à valorização dos profissionais que asseguram este ensino, com referências frequentes à necessidade de melhorar as condições de trabalho, reforçar os apoios aos docentes deslocados, reconhecer o seu contributo e adequar as políticas às realidades específicas dos diferentes contextos internacionais.

As respostas revelam igualmente preocupação relativamente ao futuro do EPE, manifestando reservas quanto a medidas que possam fragilizar a estabilidade dos projetos educativos, designadamente através da limitação das comissões de serviço ou da insuficiência de investimento no setor. Em síntese, os participantes defendem um EPE mais valorizado, mais apoiado e capaz de continuar a cumprir a sua missão educativa, cultural e identitária junto das comunidades portuguesas no estrangeiro.

CONCLUSÃO

Os resultados desta consulta nacional permitem traçar um retrato claro e consistente da realidade atualmente vivida pelos docentes do Ensino Português no Estrangeiro. Apesar da diversidade de contextos geográficos e profissionais representados, emerge um conjunto de preocupações amplamente partilhadas que traduzem a existência de problemas estruturais cuja resolução é considerada prioritária pelos participantes.

A questão remuneratória surge como o tema mais consensual e mais urgente. A esmagadora maioria dos docentes considera que a remuneração atualmente praticada não acompanha o custo de vida dos países onde exerce funções, defendendo a revisão dos mecanismos remuneratórios e a criação ou reforço de apoios específicos que atendam às particularidades do exercício profissional no estrangeiro. Esta reivindicação é acompanhada pela necessidade de compensar adequadamente os encargos associados à instalação, ao regresso e às deslocações regulares entre locais de ensino.

Os resultados evidenciam igualmente um forte sentimento de insuficiente valorização profissional. Os docentes reconhecem a importância estratégica do EPE para a afirmação internacional da Língua e Cultura Portuguesas e para a manutenção dos laços das comunidades portuguesas com Portugal, mas consideram que essa relevância não encontra correspondência no reconhecimento institucional, nas condições de trabalho e nas perspetivas de desenvolvimento profissional atualmente existentes.

No domínio das condições de exercício da profissão, sobressaem as preocupações relacionadas com a itinerância, as longas deslocações, a multiplicidade de níveis de ensino lecionados, a carga burocrática excessiva e a insuficiência de condições consideradas essenciais para assegurar um ensino de qualidade. Estes fatores contribuem para um desgaste profissional significativo e ajudam a explicar a reduzida atratividade do EPE junto dos docentes, evidenciada pelo facto de uma larga maioria dos participantes afirmar que, nas condições atuais, não recomendaria o exercício de funções neste setor a outros profissionais.

A avaliação do desempenho constitui igualmente uma área que reclama intervenção urgente. Os participantes defendem um modelo mais transparente, mais justo, menos burocrático e mais ajustado às especificidades do Ensino Português no Estrangeiro, destacando-se de forma inequívoca a eliminação das quotas como a alteração mais consensual. A necessidade de reconhecer efetivamente o mérito, valorizar o trabalho pedagógico desenvolvido e estabelecer uma ligação concreta entre avaliação e progressão profissional surge como uma reivindicação transversal.

A consulta evidencia ainda uma forte aposta na qualificação profissional dos docentes, com destaque para a formação em Português Língua Estrangeira, ferramentas digitais e inteligência artificial, gestão multicultural da sala de aula e ensino de Português Língua Materna ou Segunda. Estas prioridades demonstram a preocupação dos docentes em responder aos desafios emergentes e às especificidades dos contextos educativos internacionais em que desenvolvem a sua atividade.

Em síntese, os resultados desta consulta traduzem uma mensagem clara: os docentes do EPE mantêm um elevado compromisso com a sua missão educativa e cultural, mas exigem que esse compromisso seja acompanhado por políticas que garantam maior valorização profissional, melhores condições de trabalho, maior justiça nos processos de avaliação e um enquadramento jurídico capaz de responder às exigências atuais do Ensino Português no Estrangeiro.

A FNE considera que os resultados agora apresentados constituem uma base sólida de legitimidade para a defesa de medidas concretas que reforcem a qualidade, a sustentabilidade e a atratividade do EPE, assegurando a valorização dos seus profissionais e a continuidade de uma missão fundamental para Portugal e para as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.



